

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES

Hariel Regina Dias de Lima¹

Vânia Maria de Oliveira Vieira²

INTRODUÇÃO

A inclusão é um processo que exige aperfeiçoamento constante e é cheio de imprevistos. Por lei, os alunos com deficiência já estão presentes nas escolas, mas a inclusão vai muito além do acesso, é preciso garantir o ensino-aprendizagem desses alunos de forma que a escola não seja apenas um ambiente de segregação para os mesmos. Comprendemos que a prática pedagógica desenvolvida na escola não é apenas da responsabilidade dos docentes, mas resultado de diversos fatores, como por exemplo, a formação inicial docente, oferecimento de formação continuada e disponibilidade de recursos.

Quando falamos em educação inclusiva, consideram-se todos os alunos com deficiência, no entanto, esta pesquisa busca explorar especificamente alunos no transtorno do espectro autista (TEA). Assim, considera-se que a inclusão deve ocorrer em todas as instâncias sociais e por princípio a escola é o local de formação para todos os indivíduos. Nessa perspectiva, procura-se compreender as representações sociais compartilhadas pelos professores de alunos com TEA.

As causas do TEA não são totalmente conhecidas ainda, mas o quadro clínico dessas crianças é caracterizado por déficits de interação social e comunicação, bem como por interesses e atividades repetitivas de acordo com os critérios do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, reunindo desordens do desenvolvimento neurológico presentes desde o nascimento ou começo da infância. Todos os pacientes autistas compartilham estas dificuldades, mas cada um deles será afetado em diversas intensidades, resultando em situações particulares para cada indivíduo, que, de certo modo, dificulta ainda mais a didática dos professores, muitas vezes não sendo possível utilizar as mesmas práticas para com diferentes alunos.

Sendo assim, está sendo investigado como os docentes que trabalham em escolas que oferecem o AEE e tenham alunos com TEA, estão construindo representações sociais sobre a inclusão de alunos com TEA nas escolas.

¹Mestranda no programa de Pós-graduação em Educação Universidade de Uberaba – UNIUBE “Beneficiária de Bolsa Prosupe – CAPES”. Graduada em Pedagogia (UFPE) harielregina5@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIUBE; vaninhaarquivos@gmail.com

Pensando nisso, definimos, como objetivo geral, compreender as representações sociais dos professores da Educação Básica sobre a inclusão de alunos com TEA nas escolas.

Para o desenvolvimento deste estudo, elegemos a Teoria das Representações Sociais como referencial teórico metodológico por acreditarmos que a mesma contribui para o entendimento das representações dos professores com os alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA). Considerando que as representações sociais nos auxiliam na compreensão da realidade, bem como tornam convencionais os objetos, pessoas e eventos, como também guia as nossas práticas, se mostrando apropriada para a compreensão do problema aqui proposto.

METODOLOGIA

A pesquisa tem cunho quanti-qualitativo e traz como propósito compreender o objeto de estudo dessa pesquisa - o aluno com TEA - citado no decorrer desse texto. Compreendemos que a Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Moscovici (1961) se apresenta como um recurso teórico-metodológico fortemente recomendável por viabilizar a abordagem multidisciplinar e multifacetada de um fenômeno situado no entrosamento de aspectos sociais e psicológicos que envolvem tanto a dimensão cognitiva, quanto a afetiva dos sujeitos.

Os participantes da pesquisa serão os docentes que trabalham em escolas da Educação Básica que oferecem o AEE. Incluem nesse grupo, não só os professores que trabalham ou já trabalharam com alunos TEA, como também aqueles que ainda não tiveram essa experiência. Compreendemos que todos eles podem estar construindo representações sociais sobre a inclusão de aluno com TEA nas escolas, que podem contribuir com discussões e reflexões sobre essa temática, ainda polêmica no campo educacional.

A pesquisa será realizada em três escolas da região metropolitana do Recife. Como critérios para a escolha das escolas, foram selecionadas aquelas que têm atendimento educacional especializado (AEE) e que atendam o maior número de alunos.

Segundo Abric (1994), o estudo das representações sociais necessita da utilização de estratégias metodológicas, que além de orientarem e fazerem emergir os elementos constitutivos da representação, conheça a organização desses elementos e sinalize seu núcleo central. Utilizaremos duas técnicas de coleta e análise de dados, um questionário

contendo questões abertas fechadas e a técnica de associação livre de palavras, tratadas pelo software IRAMUTEC, que busca identificar nas Representações Sociais os elementos centrais e periféricos.

Também utilizaremos entrevistas de grupos focais, para a discussão e reflexão dos resultados da pesquisa com os professores que aceitarem participar dessa fase, com o intuito de ser um momento formativo para eles. Para a análise destas entrevistas, será utilizada a análise de conteúdo de Bardin (1977).

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Inclusiva: reflexões

Nos últimos tempos, o discurso de uma educação inclusiva ganhou grande força e importância na educação e nas políticas públicas, sendo um tema bastante discutido nos encontros dos educadores e suas formações. Entretanto, existem algumas controvérsias entre os discursos e as práticas. Há profissionais que acreditam numa inclusão participativa, apoiando a universalização do acesso e igualdade de ensino, mas que não recebem subsídio da escola, tornando a inclusão apenas um mero acesso às escolas.

A necessidade de ouvir os professores vem se tornando cada vez mais importante, dando-se ao fato de que os professores são os que acompanham os alunos na sala de aula, precisando contar juntamente com o apoio da gestão e do professor do atendimento educacional especializado (AEE), sendo um desafio que implica mudar a escola como um todo.

A construção de uma sociedade livre, justa e igualitária, como proclama a constituição de 1988, só será atingida a partir de uma educação de qualidade e igualitária para todos. Nela, seus capítulos do Direito de Cidadão e o Dever do Estado, asseguram-se os direitos das pessoas com deficiência, mesmo assim sendo um direito conquistado ano após ano.

A história das pessoas com deficiência é constituída por exclusões e preconceitos. Assim, de acordo Sasaki (1997,p.3):

Conceitua-se a Inclusão Social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

A partir disso, entendemos que a inclusão propõe uma mudança na sociedade, sendo um processo de transformação para acolher todos os alunos, sem distinção em seus diferentes níveis de ensino, indo de acordo com o que propõe Glat (2007, p. 16) “A educação inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos.” Diante disso, podemos afirmar que a educação inclusiva não se dá apenas a uma nova política, mas sim, de um novo modelo de escola, que não se trata apenas de inserir os estudantes, mas de favorecer o tratamento igualitário com todos para que eles se sintam incluídos no contexto escolar.

Pedagogos e psicólogos atualmente não têm mais dúvida de que a inclusão é benéfica para todos, desde a criança com deficiência até toda comunidade escolar. A partir da sua interação com os colegas, elas aprendem mais. São várias as mudanças que devem ser feitas que não prejudicam ninguém e que só irão facilitar e acrescentar na vida do estudante, Segundo Montoan (1997, p. 145): “A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”

Assim, não só concordamos que a educação inclusiva é importante e traz resultados positivos para todos, como também compreendemos que mudanças são necessárias. Elas devem ocorrer desde a sala de aula até a gestão da escola. O professor, por exemplo, deverá falar claramente, aprender e estimular outros a aprenderem a linguagem dos sinais, identificar os pontos fortes deles para formar grupos de aprendizado, usar materiais de fácil manuseio entre diversas outras estratégias.

É comum encontrarmos professores com receio de trabalhar com a inclusão. Este sentimento pode ter origem na sua formação inicial, que muitas vezes não os preparou para a diversidade, ou de uma formação continuada que não foi eficaz, para os engenheiros, por exemplo, que não previam um prédio com adaptações, como rampas e piso tátil, e para tantas outras profissões que não foram preparadas para uma sociedade para todos, sem exclusão.

Sendo assim, a educação inclusiva tem como objetivo uma educação para todos que atenda a todas as diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer aluno, seja ele deficiente ou não. Diante do exposto, podemos concordar que uma educação inclusiva não se realiza de um dia para o outro, são anos de luta, preparação e aperfeiçoamento das práticas, com o objetivo de melhorar cada dia mais.

Vale lembrar, quando se fala em autismo, do psiquiatra da Universidade de John Hopkins, Leo Kanner, que foi o primeiro a identificar e descrever um conjunto de comportamentos incomum que, inicialmente, foram designados de “autismo infantil precoce” (GADIA, TUCHMAN, ROTTA, 2004; FERNANDES, 2010; FERREIRA, 2011; SIEGEL, 2008). Sobre isso, Klin (2006, p. 1) relata que Kanner observou nessas crianças:

[...] respostas incomuns ao ambiente, que incluíam maneirismos motores estereotipados, resistência à mudança ou insistência na monotonia, bem como aspectos não-usuais das habilidades de comunicação da criança, tais como a inversão dos pronomes e a tendência ao eco na linguagem (ecolalia).

A partir disso, o conceito de autismo foi acompanhado às inúmeras modificações devidas às pesquisas científicas que foram realizadas com o objetivo de aprofundar o conhecimento. Atualmente, a definição do autismo encontra-se no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 que o inclui no grupo das Perturbações Globais do Desenvolvimento e rotula esses distúrbios como um espectro justamente por se manifestarem em diferentes níveis de intensidade. Pessoas dentro do espectro podem apresentar dificuldade na comunicação social ou interação social, padrões restritivos e atividades repetitivas.

É importante frisar que no ano de 2012, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A lei tem como objetivo garantir os direitos à pessoa com TEA que vão desde a saúde até o direito de entrada ao mercado de trabalho, direito à moradia e à formação profissional, entre outros direitos.

No ano de 2020 entrou em vigor a Lei 13.977, conhecida como Lei Romeo Mion. A lei sanciona a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), que deve ser emitida de forma gratuita, sob responsabilidade de estados e municípios, facilitando ainda mais o acesso de quem tem autismo a possibilidade legal de portar uma carteira de identificação.

Para garantir esses direitos, é de extrema importância que os profissionais estejam capacitados para atender a esses alunos no que se refere ao seu processo de aprendizagem. Todavia, não podemos deixar de destacar que, de acordo com a representação social que

os docentes tenham acerca destes alunos autistas, há uma chance da inclusão escolar não ser eficaz para tais alunos.

Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais redigida por Serge Moscovici teve início em 1961, na França como uma das alternativas para tentar explicar e entender o psiquismo humano. De acordo com Alves Mazzotti (2008, p. 6) as representações sociais não são “[...] apenas “opiniões sobre” ou “imagens de”, mas teorias coletivas sobre o real, sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particulares, uma estrutura de implicações baseada em valores e conceitos”.

A presente pesquisa aponta para a necessidade de investigar como ocorre o processo de inclusão de crianças com TEA, a partir da análise das representações sociais. Essa teoria se apresenta como uma maneira de interpretar e pensar a realidade do cotidiano, tendo a função de promover sentido à realidade social e produzir identidades.

A representação social se dá a partir de saberes construídos através das nossas relações interpessoais, em concordância com Moscovici (1981) apud Sá (2002, p. 31):

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum.

Assim, representar condiz com um ato de pensamento pelo qual o indivíduo relaciona com um objeto, não havendo representação sem objeto, pois o mesmo pode ser uma pessoa, uma coisa, uma teoria...

RESSULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo faz parte de um projeto de mestrado em andamento. Atualmente está sendo realizado uma pesquisa do “Estado do Conhecimento” sobre a inclusão de alunos com TEA. O Objetivo desse “Estado do Conhecimento”, é o de não só, verificar o já foi produzido sobre essa temática, como também buscar subsídios teóricos para compreensão do nosso objeto de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa encontra-se, ainda, na fase inicial. Além da pesquisa sobre o “Estado do Conhecimento” estamos também providenciando os formulários para submissão do projeto no Comitê de Ética em pesquisas humanas. Espera-se que os resultados deste estudo possam evidenciar como tem ocorrido o processo de inclusão de alunos com TEA, em três escolas do município de Igarassu- PE, a partir da compreensão dos desafios, dificuldades e das necessidades formativas identificadas.

REFERÊNCIAS

ABRIC Jean-Claude. Prácticas sociales y representaciones. Tradução de José Dacosta Chevrel e Fátima Flores Palacios. Cidade do México, México: Ediciones Coyoacán, 2001.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações Sociais: Aspectos Teóricos e Aplicações à Educação. Revista Múltiplas Leituras, São Paulo, v.1, n. 1, p. 18-43, jan./jun. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 2012.

KLIN, A. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. Revista Brasileira Psiquiátrica, v.28, 2006, p.1-9.

MONTOAN, Maria Tereza Egler. "A integração de pessoas com deficiência." São Paulo, Memnon (1997)

SÁ, Celso Pereira de. Núcleo central das representações sociais. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.